

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Cleide Araujo de Almeida
Maria Senhora Rodrigues dos Santos
Arievaldo Almeida Oliveira

Política de Educação Ambiental com baixa efetividade na Bahia

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Política de Educação Ambiental com baixa efetividade na Bahia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado parcialmente para obtenção do certificado de conclusão da Especialização em Gestão Estratégica em Políticas Públicas, pela Universidade Estadual de Campinas.

Orientador: Edson Valadares

São Paulo
2016

Sumário

1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	4
2 NÓS EXPLICATIVOS	7
2.1 Identificação dos nós estratégicos	11
2.2 Análise dos Nós Estratégicos	11
2.2.1 NE1.....	11
2.2.2 NE2.....	11
2.2.3 NE3.....	11
3 ÁRVORE DO PROBLEMA	12
4 PLANO DE AÇÃO	14
PAINEL 2.1	14
5 ANÁLISE DE ATORES	16/23
6 ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES	24/25
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre o Meio Ambiente, nos últimos séculos, um modelo de civilização se impôs, alicerçado na industrialização, com sua forma de produção e organização do trabalho pautado pela mecanização da agricultura, o uso intenso de agrotóxicos e a concentração populacional nas cidades.

Tais Parâmetros salientam ainda, que neste contexto ocidental as interações entre sociedade e natureza se fizeram adequar cada vez mais às relações de mercado, já que a exploração dos recursos naturais se intensificou muito, adquirindo outras características a partir das revoluções industriais e do desenvolvimento de novas tecnologias que estão intimamente associadas ao processo de formação de um mercado mundial.

Esse debate não é novo já se faz presente desde 1962, quando a escritora e cientista Rachel Carson publicou o livro Primavera Silenciosa, considerado o marco do movimento ecológico moderno. Em 1972 a ONU organizou a Conferência sobre o Meio Ambiente e os seres humanos, realizada em Estocolmo na Suécia dando, ênfase a discussão acerca das problemáticas ambientais, criando comissão mundial sobre o meio ambiente, intensificando os debates nos movimentos ecológicos.

De contra partida a esse quadro, a partir da década de 80 algumas leis começam a serem promulgadas, adicionando pontos positivos na luta ambiental ao estabelecer áreas de preservação ambiental, como as Estações Ecológicas. Nesta década ainda, o Brasil institui a "Política Nacional do Meio Ambiente" (Lei Federal nº 6.938/81), que enfatiza a importância da Educação Ambiental como um instrumento importante na solução das problemáticas ambientais. (BRASIL, 1981).

Desta forma, a Educação Ambiental estabelece uma relação harmoniosa com o ambiente, apontando para a sustentabilidade em todas as suas dimensões. Com este olhar, o presente trabalho aborda a temática **Política de Educação Ambiental com baixa efetividade na Bahia**. Apresentando como justificativa a baixa efetividade da política em educação ambiental na Bahia devido à falta de prioridade dos governantes, justifica urgentemente intensificar a implementação da política de Educação Ambiental no sistema educacional, como o objetivo de formar uma sociedade sustentável, crítica, participativa e responsável com o meio ambiente. Diante do exposto observava-se a

problemática do trabalho apresentado: Porque há Baixa Efetividade da Política de Educação Ambiental na Bahia?

Portanto, para que a educação ambiental aconteça de modo articulado, tanto entre as iniciativas existentes no âmbito educacional proporcionando um resultado multiplicador faz necessária a criação e práticas de políticas públicas de educação ambiental que integrem essa perspectiva.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), advinda da Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999, prevê a Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino com o documento “Princípios e Eixos da Educação Básica do Estado da Bahia – 2007”, salientando que é preciso, conforme uma das suas citações, “transformar a educação em processo de formação para a valorização da vida e preservação do meio ambiente”.

Esses documentos legais coadunam com a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia (Lei Nº 12.056 de 07 de Janeiro de 2011). Nessa perspectiva, este trabalho se respalda e sustenta no Art. 4º, princípio da Política Estadual de Educação ambiental do Estado da Bahia.

Portanto, nos Territórios Baianos a implementação da Educação Ambiental tanto formal - informal nas unidades escolares apresentam uma adesão de Baixa Efetividade das Políticas de Educação Ambiental no Sistema Educacional da Bahia. A Secretaria da Educação do Estado e outras Secretarias do Governo do Estado, no entanto, apesar de todos os esforços e caminhadas, é possível visualizar que a Baixa Efetividade das Políticas tem relação direta com uma realidade muito mais ampla do que a própria unidade escolar, o que é gerado pela: Pouca vontade política dos governantes; Baixo investimentos orçamentário para implementação dos programas e projetos de educação ambiental para o meio ambiente; Pouca formulação de políticas públicas de educação ambiental voltada para o meio ambiente, e as consequências, que resultam na Alta Degradação Ambiental.

A educação ambiental formal também acontece no âmbito escolar de maneira sistêmica, oportunizando trabalhar inter e transdisciplinar.

A educação ambiental informal tem sua abrangência através de informativos, da mídia e outros meios de divulgação têm como elemento principal a sensibilização da

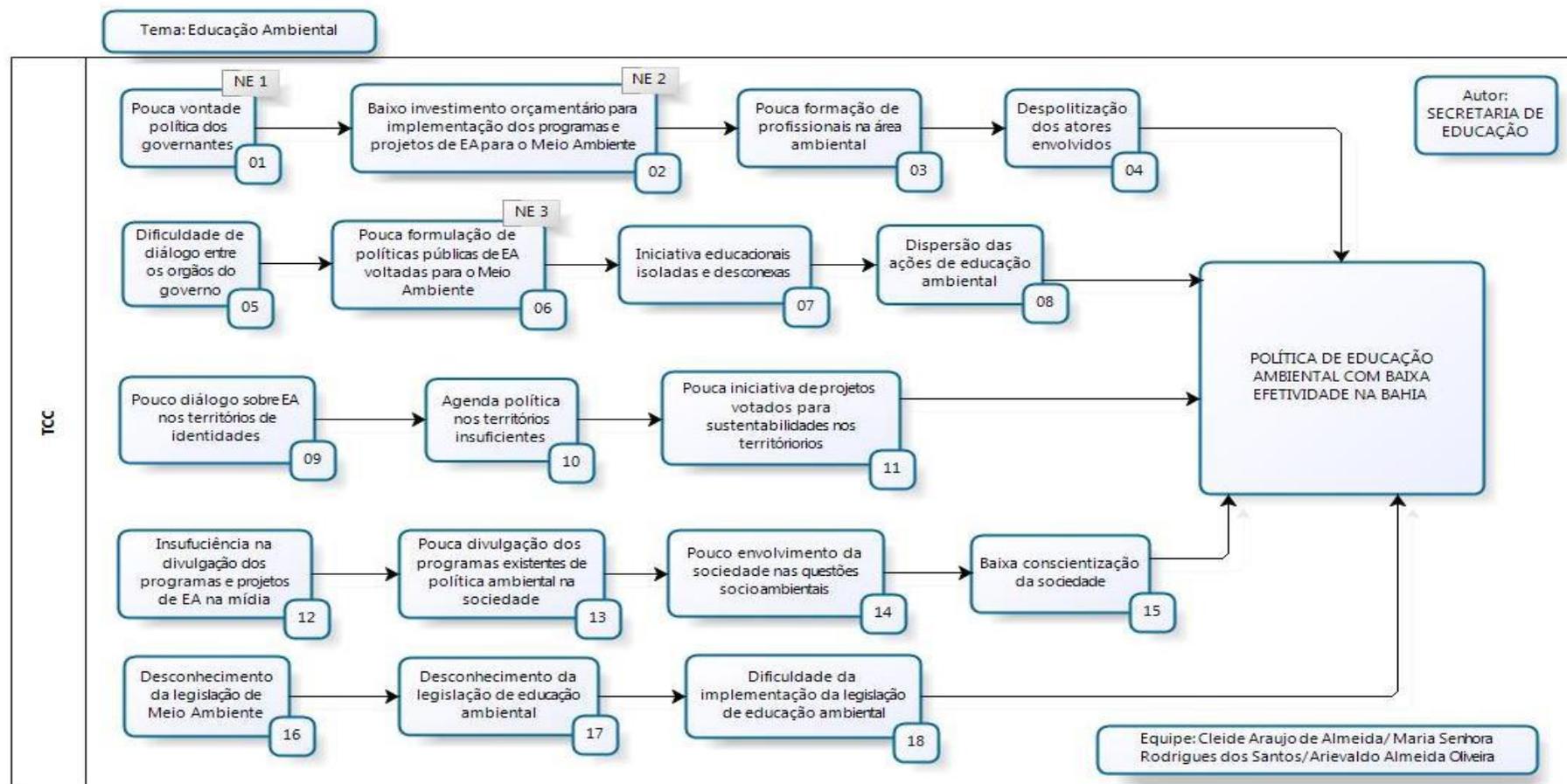
geração de um novo olhar em relação às questões ambientais, para a mobilização e divulgação necessita da utilização de técnicas de marketing ambiental que utiliza os veículos de comunicação de massa (televisão, rádios, revistas, jornais, internet, banco de dados ambientais bibliotecas e filmotecas e as tecnologias contemporâneas. É necessário, que a Educação Ambiental- EA perpassse os muros da escola e construa o envolvimento e o compromisso com a comunidade, entidades e parceiros, que proporcione um conhecimento significativo. É fundamental uma educação ambiental que tenha o olhar para o bem estar de todos os envolvidos. É preciso, refletir porque tão poucas dessas formas foram implementadas em nossas unidades escolares, a verdadeira Educação Ambiental, com atividades e projetos não meramente ilustrativos, mas fruto do desejo de toda a comunidade escolar em construir um futuro no qual possibilite viver em um ambiente sustentável, equilibrado, em harmonização com o meio, com os seres vivos e com nossos semelhantes.

No contexto escolar, a educação ambiental vem sendo um catalisador das tendências curriculares. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997) sugere temáticas transversais que abrem caminhos para trabalhar o meio ambiente em todas as disciplinas do Ensino Fundamental, sem esquecer os demais eixos temáticos. Conforme Leff (2006) faz a explanação:

Na sua concepção o enfrentamento da questão ambiental decorre da produção de um conhecimento que tem uma racionalidade ambiental própria e que visa a reapropriação social da natureza por parte dos indivíduos com uma mudança de postura e adoção de uma nova ética comportamental. (LEFF, 2006, p. 113)

Num primeiro momento da história da humanidade, a natureza determinava a sobrevivência e a mobilidade do homem na Terra. Nesta perspectiva, fortalecer as ações no sistema de ensino criando os espaços de diálogo nas salas de aulas e nas comunidades escolar e acadêmica, com relação à educação de inclusão e educação ambiental apontando para as questões socioambientais.

1.1 Fluxograma



2 NÓS EXPLICATIVOS

Os Nós Explicativos, na contextualização da metodologia de diagnóstico de situação são nós que tem carência de uma coesão social e merece análise e ações socioambientais.

O Nó explicativo 07 – Iniciativas Educacionais Isoladas e Desconexas apontam como um dos pontos forte e fundamental do debate acerca da temática da Educação Ambiental/EA, nos territórios baianos onde mostra a fragilidade do desempenho dos órgãos responsáveis pela disseminação da EA na Bahia, uma vez que, a construção das políticas públicas para o meio ambiente não dialoga com o currículo, não está ligada a uma só instituição governamental, passa a perceber uma histórica disputa de interesses ideológicos que vai dos eixos socioeconômicos ao clero da religiosidade, e sendo este um elemento que influencia na construção dos valores determinante para o meio ambiente, para a educação ambiental e reflete na sociedade como um todo, bem como surgem varias tendências do conhecimento sobre a Educação Ambiental.

Nesta perspectiva, a educação ambiental na dimensão formal e não formal, poderá ser ofertado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais para a Educação Ambiental, dessa forma, os instrumentos legais da educação ambiental e a política de educação ambiental da Bahia, A educação ambiental formal também acontece no âmbito escolar de maneira sistêmica, oportunizando trabalhar inter, transversalidade. No seu aspecto estrutural, com palestra promovida pelas universidades parceiras, seminário roda de conversa e oficinas para a utilização das tecnologias. A educação não formal ou informal está fincada em trabalhos coletivos aprendizado, cujo conhecimento é construído a partir da vivência de situações problemas ambientais, no intuito de encontrar soluções para as questões ambientais tanto no nível local quanto no global. Neste contexto de referências, deve-se observar a importância de lutas, vivências e conquistas históricas, dentro de uma linha ambiental para a preservação do meio ambiente e sustentabilidade, conforme pontua Branco (2003).

A educação ambiental estudada nas escolas, até pouco tempo atrás, aparecia como figurante de algumas disciplinas, tais como Ciências (no antigo primeiro grau) e Biologia (no antigo segundo grau). Tinha, até então, um caráter meramente informativo e, mais do que isso, passar a ter um caráter formativo; formando hábitos, atitudes e comportamentos, capazes de sustentar o Homem acima da natureza,

Tampouco subjugá-lo a ela; a ideia é de harmonia, com vistas à preservação de ambos (BRANCO, 2003, p. 03).

Nesta perspectiva, pretendem-se abrir possibilidades para arrolar temas em relação aos conflitos socioambientais e educação ambiental que são relevantes temas. Diante disto, como expõe Bourdieu (2011, p. 209) é “[...] uma operação em que a linguagem e seu poder performativo se revelam mais fortes e eficazes que o uso da força explícita”. Logo, compreender essa evolução é assumir compromisso diante das diferenças individuais do Território baiano.

O Nó explicativo 15, Baixa conscientização da sociedade, versa diretamente com a questão do Modelo de Currículo conservador de Educação, que traz no seu desenho a Insuficiência na divulgação dos programas e projetos de educação ambiental na mídia, a Pouca divulgação do programa existente de política ambiental na sociedade, dentro de uma realidade onde a pouco envolvimento da sociedade nas questões socioambientais, gera a baixa conscientização da sociedade.

Tais argumentos enfatizam e fundamentam a importância da Educação Ambiental na formação de indivíduos críticos, reflexivos e atuantes no exercício da cidadania e preservação ambiental baseado em princípios de uma educação diferenciada. Isso se justifica pela percepção de que uma comunidade sujeita a situações de racismo e injustiça ambiental e desigualdade social entre elas a educação, transporte, assistência técnica, saúde deve ousar na construção coletiva de círculos de aprendizagens socioambientais, articulando sujeito e processo, bem como as suas interações.

2.1 Identificação dos nós estratégicos

- **(NE1)**
NE 1 - Pouca vontade política dos governantes.
- **(NE2)**
NE 2 – Baixo investimento orçamentário para implementação dos programas e projetos de Educação Ambiental para o Meio Ambiente.
- **(NE3)**
NE 3 – Pouca formulação de políticas públicas de Educação Ambiental voltadas para o Meio Ambiente.

2.2 Análise dos Nós Estratégicos

2.2.1 NE1

O primeiro Nó Estratégico, **Pouca vontade política dos governantes**, está intrinsecamente ligado ao conceito de gestão governamental advinda do estado herdado. Dessa forma, as políticas públicas eram marcadas pela fragmentação institucional, desarticulação que ocorria num mesmo nível de governo e entre diferentes esferas. Tal desenho institucional dificultava a tarefa de coordenação, com implicações para a eficiência e a efetividade das políticas públicas na sociedade.

2.2.2 NE2

O segundo Nó Estratégico, **Baixo investimento orçamentário para implementação dos programas e projetos de Educação Ambiental para o Meio Ambiente**, recai sobre o fato da educação ambiental durante muito tempo não ter feito parte da agenda governamental, das diversas instituições que cuida do Sistema Educacional e do Meio Ambiente.

2.2.3 NE3

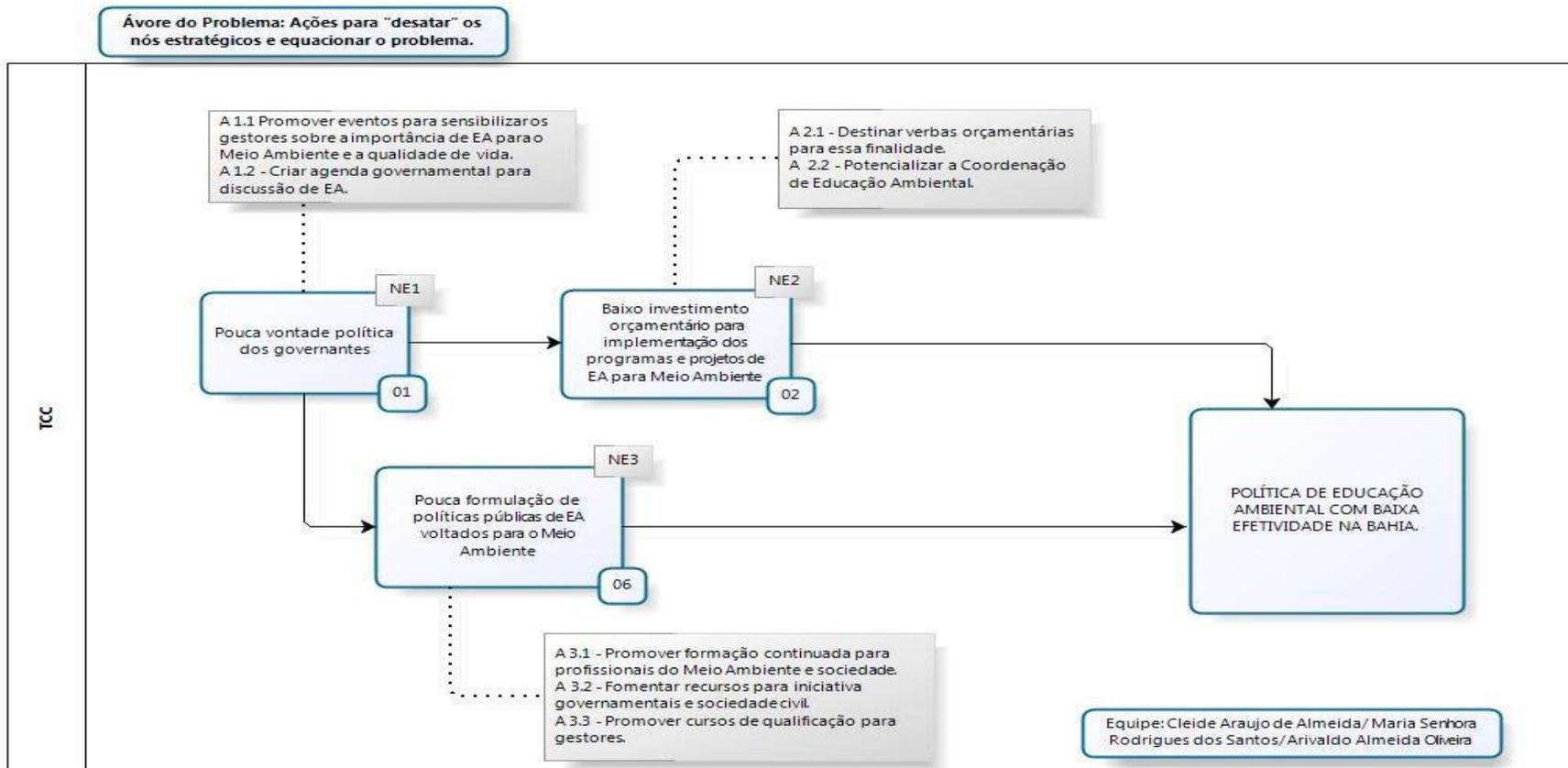
O terceiro Nó Estratégico, **Pouca formulação de políticas públicas de Educação Ambiental voltada para o Meio Ambiente**.

Dagnino (2002) reconhece os mecanismos institucionais de participação como esforços de controle social do Estado, visando à maior transparência e publicização das políticas públicas, e vê uma atuação efetiva, na sua formulação, de setores da sociedade civil desprovidos de outras formas de acesso a espaços de decisão.

Diante do exposto, verifica-se que são nós que temos governabilidade, enquanto instituições governamentais e tem grande impacto de opinião pública, onde aqui na Bahia a Comissão organizadora Estadual - COE que é uma representação constituída por representantes dos dois segmentos governamental e não governamental, é uma esfera onde acontece o dialogo para a construção e realizações das conferências pelo

Meio Ambiente, porém aqui na Bahia a COE não tem representatividade política e nem institucionais, ou seja, não busca a formulação de políticas públicas numa perspectiva de diálogo entre os estudantes baianos, sociedade e nos territórios, só existe quando tem um evento, no papel da logística para realização do mesmo. E está ligada a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia. Sendo assim, não consegue um a conexão entre os órgãos que tem poder de deliberação para a implementação da Educação Ambiental no Estado, A Secretaria de Educação do Estado tem como objetivo atuar nas diversas dimensões educacionais e níveis do ensino para garantir as implementações e ações educacionais e paralelamente disseminar a Educação Ambiental. São três nós impactantes na resolução do problema, há governabilidade sobre os nós estratégicos por parte do ator que declara o problema. As condições objetivas para a resolução estão postas, desde que haja ações formativas para uma mudança de olhar dos governantes, dos profissionais e da sociedade como toda sobre a socialização e a integração dos saberes para equacionar a problemática.

3 ÁRVORE DO PROBLEMA



1/3

1/4

4 PLANO DE AÇÃO

PAINEL 2.1

NE 1 – Pouca vontade política dos governantes

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
A 1.1 – Promover eventos para sensibilizar os gestores sobre a importância da EA para o meio ambiente e a qualidade de vida.	1.1.1 - Realizar encontros territoriais para disseminação da lei, programas e projetos.	1.1.1 Profissionais qualificados na área da EA	1.1.1 - 48 meses	1.1.1 - Equipe técnica da Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria da Educação e a Secretária do Meio Ambiente do Estado da Bahia
A 1.2 – Criar agenda governamental para discussão de Educação Ambiental - EA.	1.1.2 - Promover Formação dos representantes e todos os segmentos sociais.	1.1.2 - Matérias diversos sobre as temáticas da EA e Política Pública e outros pertinentes .	1.1.2 - 48 meses	1.1.2 - Equipe técnica da Coordenação de Gestão Descentralizada da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

NE 2 – Baixo investimento para implementação dos programas e projetos de EA para o meio ambiente.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
<p>A 2.1 – Destinar verbas orçamentárias para essa finalidade.</p> <p>A 2.2 – Potencializar a Coordenação de Educação Ambiental.</p>	<p>2.1.1 Elaborar Projetos para a captação de recursos Federais com a participação da COE.</p> <p>2.1.2 – Realizar encontros formativos entre professores, alunos e equipe para fortalecer a implementação dos programas e projetos com base nos indicadores educacionais.</p>	<p>2.1.1. - Calendário da rede estadual da Bahia.</p> <p>2.1.2 – Relatórios de indicadores e monitoramento das atividades desenvolvidas pela Secretaria da Educação no contexto Escolar.</p>	<p>2.1.1 –03mês</p> <p>2.1.2 – 02 mês</p>	<p>2.1.1 - Equipe da Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.</p> <p>2.1.2 - Equipe da Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.</p>

1/5

2/3

PAINEL 2.3

NE 3 – Pouca Formulação de políticas públicas de EA voltadas para o meio ambiente.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
<p>A 3.1 – Promover formação continuada para profissionais do meio ambiente e professores.</p> <p>A3.2-Fomentar recursos para iniciativa governamentais e sociedade civil</p> <p>A 3.3 – Promover Cursos de qualificação para Gestores.</p>	<p>3.1.1 – Viabilizar encontros formativos com foco na interdisciplinaridade para professores e outros atores em parceria com outras Instituições.</p> <p>Capacitar equipe técnica na área de projetos e programas para buscar recursos financeiros em todas as esferas.</p> <p>3.1.3 – Disponibilizar um ambiente virtual para formação continuada dos professores, gestores e outros atores.</p>	<p>3.1.1 – Material didático, espaço físico, alimentação e um consultor.</p> <p>Promover formação continuada.</p> <p>3.1.3 – Plataforma Ambiente virtual e tutores. Parcerias com as Universidades</p>	<p>3.1.1– 48 meses</p> <p>3.1.2 – 48 meses</p> <p>3.1.3 - 48 meses</p>	<p>3.1.1 – Equipe Técnica da Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do Estado em parceria com instituições educacionais.</p> <p>3.1.2 – Equipe Técnica da Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do Estado em parceria com instituições educacionais.</p> <p>3.1.3 – Equipe Técnica da Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do Estado em parceria com instituições educacionais.</p>

5 ANÁLISE DE ATORES

PAINEL 3.1

Ação 1.1 - Promover eventos para sensibilizar os gestores sobre a importância da EA para o meio ambiente e a qualidade de vida.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Gestores	Disponibilidade de tempo. Formação de Opinião Pública.	Ter opinião contrária pode inviabilizar a ação.	Promover momentos para a apresentação dos instrumentos da EA vigente.	Desconhecimento das leis vigentes da EA.	Alertar para o cumprimento da Legislação e apresentação dos instrumentos da EA sobre as responsabilidades com o socioambiental.
Técnicos	Compatibilizar carga horária de trabalho com o tempo da formação.	Atribuições fora do local de trabalho comprometendo a sua disponibilidade de tempo.	Apresentando a sua disponibilidade de tempo e tendo uma postura de responsabilidade.	Fazendo se ausente dos momentos de discussão da COE.	Apresentar a importância da participação na melhora da qualidade ambiental.

1/5

2/3
PAINEL 3.2

2/5

Ação 1.2- Criar agenda governamental para discussão de Educação Ambiental.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Coordenação de Educação Ambiental	Implementação e Formação de docentes, estudantes, profissionais, opinião pública e mobilização.	Participação inconstante dos representantes dos diversos segmentos.	Na Constituição e implantação dos Comitês.	Não tendo efetiva atuação e não tendo legitimidade junto à comunidade escolar.	Socializar experiências semelhantes que tenham resultados positivos.
COE	Atuação e Formação de opinião pública e mobilização dos segmentos.	Falta de Estimulo dos professores para atividades extra curriculares.	Mobilizando e envolvendo o maior número de estudantes e familiares para participação no comitê.	Fazendo se ausente dos momentos de discussão para constituição dos comitês.	Apresentar a possibilidade de interação com outros indivíduos e espaços.
Parceiros	Disponibilidade de Tempo e de Recursos Financeiros.	Interesse divergente da escola.	Articular parceiros afins e sensibilizar a comunidade do entorno para maior integração com a escola.	3/5 Se o interesse do parceiro da escola sobrepor os interesses dos comitês.	Mostrar a possibilidade do fortalecimento da imagem dele junto as pessoas da escola e a comunidade do entorno.

Ação 2.1- Destinar verbas orçamentárias para essa finalidade.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretarias	Executar, Promover, Disseminar Educação, Formação de opinião pública e mobilizações das parcerias Federais, Estaduais e Municipais.	Falta de participação inconstante dos representantes dos diversos segmentos.	Fortalecendo a participação dos representantes nas reuniões de trabalho da Educação Ambiental - EA.	Não utilizando os espaços de planejamento para debater assuntos pertinentes as questões socioambientais.	Sensibilizar e alertar para o planejamento estratégico ambiental é fundamental para a melhoria da qualidade do meio ambiente.
COE	Disponibilidade de tempo, matérias, recursos, mídias, equipamentos. formação de opinião pública e mobilização da sociedade organizada.	Prioriza atividades administrativas em detrimento do planejamento pedagógico.	Participando e se envolvendo de forma efetiva nos momentos pedagógico da escola.	Organizando o horário dos professores de modo a não possibilitar momentos coletivos de planejamento.	Apresentar os iniciadores educacionais da escola e a importância da potencialização desse espaço.

Ação 2.2 – Potencializar a Coordenação de Educação Ambiental.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Coordenador	Disponibilidade de tempo, matérias, equipamentos, desenvolver ações, programas, projetos e profissionais qualificados.	Prioriza atividades administrativas em detrimento do planejamento.	Disponibilizando de forma acessível os instrumentos de planejamento e avaliação.	Não promovendo a discussão sobre os instrumentos de Educação Ambiental.	Mostrar os indicadores educacionais da escola e mostrando a necessidade de um acompanhamento sistêmico.
Técnicos	Formação de opinião pública, Disponibilidade de tempo, matérias e equipamentos e profissionais qualificados.	Desconhecimento dos instrumentos e das leis vigentes.	Alterando sua prática pedagógica a partir da utilização dos instrumentos de planejamento e o alinhamento com instrumentos de avaliações.	Não utilizando os instrumentos disponibilizados pela lei.	Socializar os indicadores educacionais da escola e a importância da utilização dos mesmos reforçando que a incorporação da utilização dos instrumentos no dia a dia facilitará o desenvolvimento de suas atividades docentes.
Sociedade Civil	Mobilização e chamada.	Atribuições fora do contexto educacional comprometendo a sua disponibilidade de tempo.	Solicitando que o planejamento e os resultados das avaliações sejam apresentados nas reuniões de pais.	Não participando das reuniões.	Mostrando que o impacto e a governabilidade estão diretamente ligados ao processo de planejamento.

Ação 3.1- Promover formação continuada para profissionais do meio ambiente e sociedade.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Professores	Formação de opinião pública, disponibilidade de tempo e mobilização.	Resistência as novas práticas pedagógicas.	Participando dos momentos de AC, espaços de formação e socializando as novas práticas com outros colegas.	Não participando dos momentos de AC e dos espaços de formação continuada e desmobilizando os outros professores.	Valorizar as boas práticas já desenvolvidas por professores e socializar com os que ainda não desenvolvem.
Gestores	Formação de opinião pública, disponibilidade de tempo, matérias e equipamentos.	Resistência as novas formas de organização dos tempos dos professores e pouca prioridade para questões de cunho socioambientais.	Fomentando e valorizando os espaços de formação em serviço e colaborando para sua efetivação.	Inviabilizando e desmobilizando os momentos de AC espaços de formação continuada em serviço.	Fortalecer a equipe gestora no sentido de oportunizar para também participar das dos espaços de formação continuada.
Parceiros	Disponibilidade de Recursos Financeiros e de Mobilização.	Pouco interesse nas temáticas abordadas nas formações sobre EA.	Construindo democraticamente com a sociedade os espaços de formação continuada.	Não participando dos espaços de formação continuada.	Apresentar as vantagens da participação ativa como forma de construir uma parceria democrática.

1/5

2/3

PAINEL 3.6

8/5

Ação 3.2 – Fomentar recursos para iniciativa governamentais e sociedade civil.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Profissionais	Construção de opinião pública, disponibilidade de tempo e mobilização.	Dificuldade de compreensão acerca de mudanças na estrutura curricular	Organizando grupos de estudo durante as Ac para aprofundamento sobre a matriz curricular	Desmobilizando as formação e aos espaços de diálogos.	Socializar experiências exitosas que tenham resultados positivos.
Estudantes	Construção de opinião pública e mobilização.	Pouco incentivo por parte dos professores para envolvimento com o tema da EA.	Construindo espaços de discussões com estudantes e professores acerca da implementações das ações de EA.	Não contribuindo para a construção coletiva e com os momentos de debates sobre EA.	Apresentar a possibilidade de interação com outros indivíduos e espaços.
Professores	Disponibilidade de tempo, matérias e equipamentos.	Pouca compreensão acerca da importância da Política de EA para o meio ambiente.	Participando dos debates acerca da Política de EA.	Fazendo se ausente dos momentos de discussão coletiva sobre EA.	Socializar a importância da Política de EA.

PAINEL 3.5

Ação 3.3- Promover **Cursos de qualificação para Gestores**

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Profissionais	Formação de opinião pública, disponibilidade de tempo e mobilização.	Resistência as novas Tecnologias.	Participando das formações e socializando as novas práticas.	Não participando das formações e desmotivando os outros parceiros.	Disseminar as experiências exitosas de EA socializando com a comunidade local e sociedade civil.
Coordenação de Educação Ambiental	Formação de opinião pública, disponibilidade de tempo, matérias e equipamentos.	Desconhecimento das novas formas de organizações, cooperativas e associações no Contexto da EA e pouca prioridade para questões de cunho socioambientais.	Fomentando e valorizando os espaços de formação em serviço e colaborando para sua efetivação.	Inviabilizando e desmobilizando os movimentos e espaços de formação continuada em serviço.	Fortalecer a equipe gestora no sentido de oportunizar para também participar das dos espaços de formação continuada.
Parceiros	Disponibilidade de recursos financeiros e de mobilização.	Pouco interesse nas temáticas abordadas na Educação Ambiental - EA.	Construindo coletivamente com a sociedade organizada o processo de formação continuada.	Não participando nos espaços de formação continuada.	Apresentar as vantagens da participação ativa como forma de construir uma sociedade critica mais democrática.

6 ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

PAINEL 4

Perguntas orientado	Análise da equipe
<p>1 - As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex: efeitos sociais ou ambientais)?</p>	<p>A 1.1 – A ausência de promover eventos para sensibilizar os gestores sobre a importância da Educação Ambiental para o Meio Ambiente e a qualidade de vida, significa a continuidade da Política de Educação Ambiental com Baixa Efetividade na Bahia, gerando conflitos ambientais, onde as atividades desenvolvidas nos eventos contribuem para conscientização dos atores acerca da temática ambiental, levando-os a um interesse maior no conhecimento e nas relações estabelecidas com o meio ambiente.</p> <p>A 1.2 – A falta de criação de uma agenda governamental para a discussão da EA significa a continuidade de uma gestão sem responsabilidade social e planetária.</p> <p>A 2.1 – A falta de destinar verbas orçamentárias para essa finalidade de implementação dos programas e projetos de EA para o meio ambiente, continuará uma lacuna nas ações socioambientais em todas as dimensões na qual não há mudanças.</p> <p>A 2.2 – O desenvolvimento dessa ação de potencializar a Coordenação de Educação Ambiental pode ter resistência por parte dos próprios governantes caso não entendam o objetivo da agenda governamental.</p> <p>A 3.1 – A falta de possibilidade de promover formação continuada para profissionais do meio ambiente e sociedade, implica em não adquirir novas formas de pensar e mudar de atitudes em relação a todos as formas de vidas existentes no planeta.</p> <p>A 3.2 - Quando a ação e Fomentar recursos para iniciativa governamentais e sociedade civil, recai nas mesmas questões da ação anterior e amplia ainda mais uma vez que com essa novas práticas serão necessárias grande maioria dos gestores governantes tenha um olhar voltado para as questões socioambientais.</p>

6 ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

PAINEL 4

Perguntas Orientados	Análise da Equipe
<p>2- Existem aspectos técnicos, Jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</p>	<p>A única ação do Plano que passível causar efeito negativo é a A 1.2, pois pode haver um entendimento equivocado por parte dos gestores governamentais no sentido de ver essa ação como uma fiscalização.</p>
<p>3- Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?</p>	<p>O ponto fraco do projeto é o tempo necessário para que resultados mais significativos sobre a situação problema sejam aferidos, visto que as ações previstas tratam de forma mais direta da preparação de gestores Governamentais, Professores, Profissionais e sociedade organizada. Deste modo é necessário alertar para os agentes políticos e sociais sobre tratar-se de um percurso não sendo possível exigir resultados imediatos.</p>
<p>4- Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?</p>	<p>Os recursos necessários para o desenvolvimento do projeto podem ser divididos em financeiros, equipamentos, recursos humanos, materiais didáticos e legislação. Em relação aos recursos humanos e equipamentos, estes já se encontram em grande medida disponíveis na estrutura da rede estadual de educação do estado da Bahia e nas demais instituições parceiras. O marco legal para a realização do projeto está disponível ou sobre a governabilidade do ator que declara o problema</p> <p>Quanto aos recursos financeiros, avaliamos que por não representar um valor elevado, o mesmo poderá ser previsto dentro do orçamento anual da área pedagógica da Secretaria da Educação do Estado da Bahia e nas demais instituições parceiras.</p>
<p>5-De forma geral a equipe avalia ao final que o Plano de Ações é viável e pode efetivamente solucionar o problema escolhido?</p>	<p>O Plano de Ação é viável e pode efetivamente solucionar o problema, no entanto é possível afirmar que a questão da Política de Educação Ambiental com baixa efetividade na Bahia não está ligando único e exclusivamente as questões socioambientais. Existe um contexto histórico, social e de “poder” que influencia diretamente as vidas desses habitantes e que contribui para o seu fracasso socioambiental em todas as dimensões.</p>

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num primeiro momento da história da humanidade a natureza determinava a sobrevivência e a mobilidade do ser humano na terra. A Constituição Federal de 1988 diz:

Art. 225 – “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Este trabalho tem como objetivo de analisar a Política de Educação Ambiental com baixa efetividade na Bahia.

Nesta perspectiva fortalecer as ações no sistema de ensino, nas instituições e na sociedade organizada criando os espaços de debates, na sociedade, nas salas de aulas e nas comunidades com relação à educação ambiental apontando para as questões socioambientais. Sendo assim, Agenda Política Ambiental passar a ter um plano na central nas discussões. Através desta análise é preciso compreender qual a posição do sistema educacional e das instituições governamentais no contexto social no que se refere ao meio ambiente. A implementação destas ações citadas continua sendo um grande desafio para a sociedade moderna aplicar, de fato, na prática do cotidiano.

Sendo assim, está na educação um dos elementos que vai contribuir com estratégias mais efetivas para enfrentar com consciência os problemas ambientais da modernidade, sobretudo no sentido de cidadania pautada nos diversos saberes, determinando por um compromisso de respeito à natureza e aprendizagem.

No entanto, não se trata de inserir como conteúdo a temática ambiental nas matrizes curriculares das escolas da rede Estadual, Municipal e na sociedade mas na construção do conhecimento, nas políticas públicas capazes de fazer com que os educandos e profissionais se tornem cidadãos com consciência crítica na construção de uma nova sociedade ambientalmente equilibrada. Neste contexto, a Secretaria Estadual da Educação deverá assumir, como um dos seus princípios, a responsabilidade de transformar a educação em processo de valorização da vida e preservação do meio ambiente. Por fim, compreendemos que a questão problema desse projeto tem interferência de agentes externos e interno dentro do contexto ambiental, que afetam todo sistema planetário.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Lei N° 13.559/2016. **Plano Estadual de Educação**, 2016.

BAHIA. **Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia**. 2011.

BAHIA. **Programa de Educação Ambiental Sistema Educacional da Bahia**. 2010.

BAHIA. **Secretaria da Educação do Estado dos Princípios e Eixos da Educação na Bahia**. Bahia, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico** 15ª edição; Rio de Janeiro; Bertrand Brasil.2011.

BRANCO, S. **Educação Ambiental: metodologia e prática de ensino**. 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**, Brasília - DF, 1998. Publicação de responsabilidade da Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, Brasília - DF, 1998.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____ (Org.).Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARTINS, Humberto Falcão. **Uma Teoria da Fragmentação de Políticas Públicas: Desenvolvimento e Aplicação na Análise de Três Casos de Políticas de Gestão Pública**. Em MOTTA, Paulo R.; PIMENTA, Roberto e TAVARES, Elaine: *Novas idéias em administração*. FGV, 2006.